

ES CRAVO, NEM PENSARI!

Mato Grosso 2022



ES CRAVO, NEM PENSAR!

Mato Grosso
2022





APRESENTAÇÃO

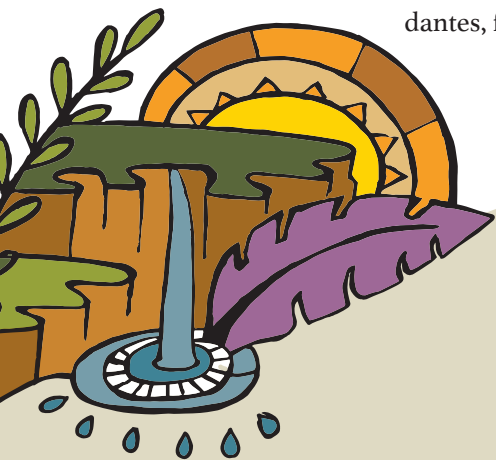
Localizado no Centro-Oeste brasileiro, o Mato Grosso é um estado rico em biodiversidade. Lá, se encontram três dos principais biomas do país: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Também é um dos lugares com maior volume de água doce no Brasil. O planalto dos Parecis, na porção centro-norte do território, reparte as águas das três bacias hidrográficas mais importantes do país: a Amazônica, a Platina e a do Tocantins.

Infelizmente, esse cenário está cada vez mais perdendo espaço para grandes áreas de criação de gado e plantação de monoculturas. O estado é um dos campeões em desmatamento e, junto a essa destruição dos biomas, encontra-se outro grave problema: a utilização de mão de obra submetida a trabalho escravo.

Diante disso, o programa *Escravo, nem pensar!* atua no estado desde 2007, com o objetivo de prevenir o trabalho escravo por meio de projetos de educação. Essa iniciativa, que é desenvolvida há quase 20 anos, foca na formação de profissionais da educação e da assistência social.

Em 2022, o *Escravo, nem pensar!*, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso, implementou o projeto em áreas com concentração de casos de trabalho escravo e com as maiores quantidades de resgatados. O trabalho junto às equipes de educação do estado, por meio de criativas atividades escolares, alertou comunidades locais de 60 municípios sobre os perigos do aliciamento para o trabalho escravo.

Nas próximas páginas, você poderá conferir os principais momentos desse processo de formação, que teve início com os gestores e reverberou por toda a comunidade de professores, estudantes, famílias e localidades.



Boa leitura!

Natália Suzuki
Coordenadora do programa
Escravo, nem pensar!
ONG Repórter Brasil

SUMÁRIO

1.	O que é trabalho escravo contemporâneo?	04
2.	Trabalho escravo no Mato Grosso	06
2.1	Aliciamento e migração	09
3.	Programa <i>Escravo, nem pensar!</i> no Mato Grosso – 2022	11
3.1	Metodologia	12
4.	Conquistas	16
5.	Experiências educacionais	17
5.1	DRE de Alta Floresta	20
5.2	DRE de Cáceres	23
5.3	DRE de Confresa	26
5.4	DRE de Cuiabá	29
5.5	DRE de Juína	32
5.6	DRE de Querência	35
5.7	DRE de Tangará da Serra	38
5.8	DRE de Várzea Grande	41
6.	Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil	44
7.	Saiba mais sobre trabalho escravo	44

GLOSSÁRIO

- Coetrae/MT** >> Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso
- CPT** >> Comissão Pastoral da Terra
- DRE** >> Diretoria Regional de Educação (Mato Grosso)
- E.E.** >> Escola Estadual
- ENP!** >> Escravo, nem pensar!
- MPT** >> Ministério Público do Trabalho
- Seduc/MT** >> Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso
- Sesp/MT** >> Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso
- SRTE/MT** >> Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Mato Grosso
- UFMT** >> Universidade Federal do Mato Grosso





O QUE É TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO?

O trabalho escravo contemporâneo é uma grave violação dos direitos humanos que acomete a dignidade e priva a liberdade do indivíduo. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149 do Código Penal.

CÓDIGO PENAL

Artigo 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – Reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.


§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

- I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;
- II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

- I – contra a criança ou adolescente;
- II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.





O trabalho escravo dos dias de hoje difere da escravidão dos períodos colonial e imperial, quando as vítimas eram presas a correntes e açoitadas no pelourinho. Os elementos a seguir caracterizam essa violação de direitos humanos na contemporaneidade.

Trabalho forçado

O trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local por causa de dívidas, violência física ou psicológica. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, dezenas de quilômetros distante da cidade, isolado geograficamente e longe de sua família e de uma rede de proteção. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada, e o trabalhador permanece no serviço com a esperança de, um dia, receber. Há ainda os casos em que os documentos pessoais são retidos pelo empregador, e o trabalhador se vê impedido de deixar o local.

Jornada exaustiva

Não se trata somente de um excesso de horas extras não pagas. É um expediente desgastante que coloca em risco a integridade física e a saúde do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para que possa recuperar suas forças. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar e corre mais riscos de adoecimento físico e mental.

Servidão por dívidas

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho para “prender” o trabalhador ao local de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e arbitrária para, então, serem descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre endividado. Por uma questão de honra, os trabalhadores permanecem no trabalho, ainda que a suposta dívida seja fraudulenta e se torne impagável.

Condições degradantes

Conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida do trabalhador, atentando contra a sua dignidade. Frequentemente, esses elementos se referem a alojamento precário, péssima alimentação, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável. Não raro, são constatadas também situações de maus-tratos e ameaças físicas e psicológicas.





TRABALHO ESCRAVO NO MATO GROSSO

Em dezembro de 2022, o estado do Mato Grosso respondeu por quase um terço de toda a produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa porcentagem equivale a milhões de toneladas de alimentos¹. Se, por um lado, o estado se orgulha de ser o carro-chefe do agronegócio nacional, por outro poderia se envergonhar de ser o terceiro estado do Brasil com maior número de resgates de pessoas em condições análogas à escravidão: ao todo, foram 6.223 libertações entre 1995 e 2022, segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) compiladas pela Repórter Brasil em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

1. Ver "IBGE prevê safra recorde de 296,2 milhões de toneladas para 2023, com alta de 12,6% frente a 2022". Disponível em bit.ly/3p6aUcZ. Acesso em 03 maio 2023.



Ranking nacional de trabalhadores escravizados no país (1995 a 2022)

Estado	Trabalhadores escravizados		Casos fiscalizados	
Pará	13.463	22%	665	22%
Minas Gerais	8.713	14%	391	12%
Mato Grosso	6.223	10%	229	8%
Goiás	4.685	8%	196	7%
Maranhão	3.617	6%	227	8%
Bahia	3.538	6%	152	5%
Mato Grosso do Sul	3.039	5%	102	3%
Tocantins	3.019	5%	164	6%
São Paulo	2.223	4%	150	5%
Rio de Janeiro	1.746	3%	90	3%
Outros estados	9.970	17%	611	21%
Total	60.236	100%	2.977	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

Há relação entre o trabalho escravo contemporâneo e a produção rural mato-grossense. No estado, as plantações de cana-de-açúcar foram as que mais registraram pessoas submetidas a condições de trabalho análogas à escravidão, com um total de 2.266 trabalhadores resgatados em 12 casos de fiscalização. A pecuária e as outras lavouras, como as de soja ou milho, também ficam no topo do ranking de ocupações em que mais vezes a fiscalização trabalhista encontrou mão de obra escrava no estado: foram 109 flagrantes na criação de gado e 45 casos nas lavouras. Juntas, essas três frentes agropecuárias escravizaram 5.314 pessoas nos últimos 27 anos, mais de 85% do total da região, de acordo com os dados oficiais.

“

(..) dar um basta à exploração de pessoas em condições análogas à escravidão.

“Vejo a proposta do Escravo, nem pensar! atuando diretamente com as lideranças na área educacional. Só por meio da educação, de ações como as do programa, eu acredito que conseguiremos desenvolver uma corrente para dar um basta à exploração de pessoas em condições análogas à escravidão.”

Kelly Pelizari, coordenadora do projeto Ação Integrada e professora da UFMT



Ranking de trabalhadores escravizados por atividade econômica no Mato Grosso (1995 a 2022)

Atividade econômica	Trabalhadores escravizados	Casos fiscalizados
Cana-de-açúcar	2.266 36%	12 5%
Pecuária	1.716 28%	109 48%
Demais lavouras	1.332 21%	45 20%
Desmatamento	339 5%	10 4%
Construção civil	158 3%	12 5%
Extrativismo vegetal	82 1%	6 3%
Reflorestamento	80 1%	10 4%
Mineração	61 1%	7 3%
Carvão vegetal	51 1%	6 3%
Outras	138 3%	12 5%
Total	6.223 100%	229 100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

Não obstante, esse grave problema de violação da dignidade humana aparece associado à degradação do meio ambiente. O Mato Grosso é o líder nacional de queimadas no Brasil, como mostra um levantamento da ferramenta Monitor do Fogo, do projeto MapBiomass, divulgado no final de janeiro de 2023. Foram registrados mais de 3,5 milhões de hectares (ha) destruídos no estado, em uma área total de 16,3 milhões de ha devastados por incêndios entre janeiro e dezembro de 2022 no país.

Na batalha contra situações como essas, ao longo dos anos surgiram iniciativas e lideranças que buscaram frear o duplo ataque voltado aos direitos humanos e à preservação ambiental. Entre os expoentes dessa luta por dignidade está o bispo católico Dom Pedro Casaldáliga (1928-2020), também chamado de o “bispo dos povos”, que, na região de São Félix do Araguaia, no leste do estado, tornou-se pioneiro na denúncia pública da exploração de pessoas em condições análogas à escravidão.

O programa *Escravo, nem pensar!* no Mato Grosso se inspira no legado de Casaldáliga e no de tantos outros e outras defensores e defensoras dos direitos humanos para combater a prática do trabalho escravo, que é uma violência contra o ser humano e um sintoma do atraso persistente da sociedade brasileira.

Ao longo da formação realizada durante o ano de 2022, o projeto se voltou para municípios com as maiores taxas de

aliciamento e de casos de trabalho escravo. Essa, no entanto, não foi a primeira vez que o programa realizou ações na região. Desde 2007, o *ENP!* tem desenvolvido ações de prevenção no Mato Grosso por considerá-lo estratégico para a erradicação do problema no Brasil.

2.1 ALICIAMENTO E MIGRAÇÃO

O aliciamento é uma prática criminosa que consiste no recrutamento ilegal de trabalhadores de uma localidade a outra do território nacional. Os aliciadores – chamados de gatos ou empreiteiros – recrutam os trabalhadores com promessas enganosas de bom salário e boas condições de trabalho e, em muitos casos, oferecem adiantamentos como dinheiro para deixar com a família, o pagamento das despesas de viagem, transporte e alimentação. O problema é que, quando chegam ao local de destino, os trabalhadores enfrentam uma realidade diferente da que foi prometida e os adiantamentos são transformados em dívidas, chegando até a casos de trabalho escravo.

Apesar de não estar entre os estados com maiores números de recrutamento, entre 2003 e 2022, mais de 900 mato-grossenses foram aliciados para o trabalho escravo em todo o Brasil.

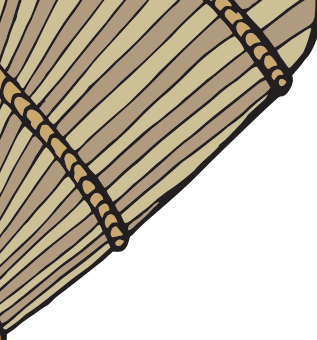
Ranking nacional de trabalhadores resgatados por estado de origem (2003 a 2022)

Posição	Estado	Nº de trabalhadores resgatados	%
1º	Maranhão	9.152	22%
2º	Minas Gerais	4.716	11%
3º	Bahia	4.438	10%
4º	Pará	3.228	8%
5º	Piauí	2.715	6%
(...)	(...)	(...)	(...)
14º	Mato Grosso	906	2%
Total		42.410	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

O município mato-grossense com maior número de registros de trabalho escravo é Confresa, no nordeste do estado: entre 1995 e 2022, foram 1.393 pessoas escravizadas na cidade, 22% do total do estado. O número registrado fica muito à frente da segunda colocada no ranking, Poconé, que no mesmo período registrou 421 trabalhadores escravizados.





A história da cidade de Confresa pode ajudar a explicar essa situação. Antes de ser reconhecida como município, em 1991, a região era conhecida como Vila Tapiraguaia, referência geográfica aos Rios Tapirapé e Araguaia. Aos poucos, foi sendo chamada de Confresa, em alusão à Colonizadora Frenova Sapeva, empresa proprietária de inúmeras localidades agropecuárias na região, até que o nome foi adotado oficialmente.

Ranking de trabalhadores escravizados por município de resgate no Mato Grosso (1995 a 2022)

Município	Trabalhadores resgatados	Casos fiscalizados		
Confresa	1.393	22%	7	3%
Poconé	421	7%	4	2%
Nova Bandeirantes	317	5%	9	4%
Campos de Júlio	284	5%	2	1%
Tapurah	240	4%	10	4%
Juara	195	3%	10	4%
Comodoro	194	3%	2	1%
Guiratinga	193	3%	1	0%
Vila Rica	176	3%	9	4%
Itiquira	144	2%	3	2%
Demais 74 municípios	2.666	43%	172	75%
Total	6.223	100%	229	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

“
Vivemos em
um país que
historicamente
foi construído
através da
exploração (...)

“O Escravo, nem pensar! *leva não só formação, mas informação para os estudantes de todas as faixas etárias, que com certeza combaterão esse problema. Vivemos em um país que historicamente foi construído através da exploração das camadas mais vulneráveis da sociedade. Somente com a educação e através da educação é que vamos conseguir mudar essa realidade.*”

Lucia Santos, Superintendente de Diversidade da Seduc/MT



PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR! NO MATO GROSSO | 2022

As formações realizadas pelo *ENP!* têm como objetivo reduzir, por meio da educação, o número de pessoas aliciadas para o trabalho escravo e submetidas a condições análogas à de escravidão. No Mato Grosso, as ações ocorreram em três períodos de 2022, entre os meses de abril e novembro, e tiveram como objetivos específicos:

- Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual para que realizem formações sobre os temas do trabalho escravo e assuntos correlatos com os professores de regiões vulneráveis;
- Mobilizar escolas da rede estadual a desenvolverem atividades educativas de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos com os alunos e a comunidade extraescolar.

O público das formações foram os gestores e técnicos de formação e gestão pedagógica de oito Diretorias Regionais de Educação (DREs) da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso: Alta Floresta, Cáceres, Confresa, Cuiabá, Juína, Querência, Tangará da Serra e Várzea Grande.

3.I METODOLOGIA

A metodologia do projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação, para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que o conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros educadores para, então, envolver os alunos. Os estudantes, por sua vez, são transformados em vetores de informação sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo, proliferando os conhecimentos com parentes e a comunidade em geral.

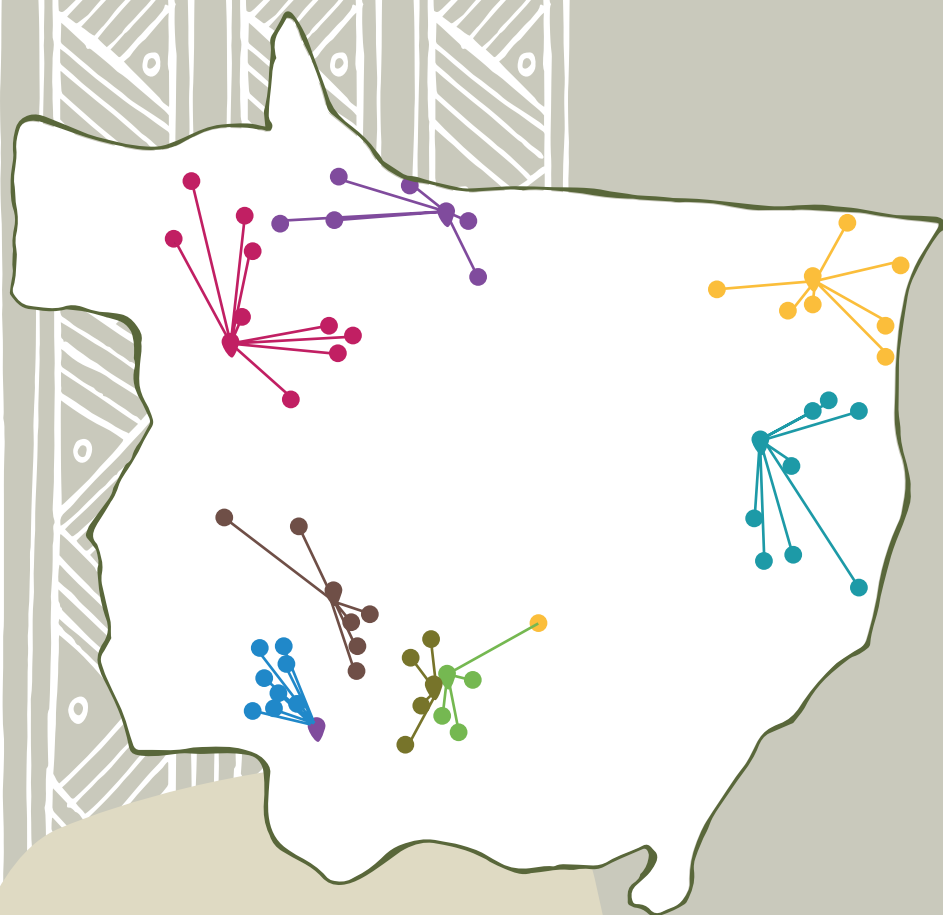
No Mato Grosso, o trabalho começou com a formação dos gestores e técnicos das Diretorias Regionais de Educação (DREs), vinculadas à Secretaria de Estado de Educação do governo local (Seduc/MT). As DREs fazem a gestão descentralizada das unidades de ensino do estado. Após formados, os gestores dessas diretorias foram incentivados a compartilhar os conhecimentos com os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas. Essa etapa de formação contou com o apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso (Sesp/MT). Por sua vez, na terceira etapa do projeto, o público formado pelas DREs realizou atividades com o corpo docente. Essas primeiras formações são a base para que, na sequência, os professores realizem atividades com alunos e toda a comunidade extraescolar sobre os assuntos relacionados ao trabalho escravo e à prevenção a esse crime, objetivo principal do projeto. Ao todo, a ação alcançou mais de 160 mil pessoas, entre estudantes, educadores, funcionários das unidades de ensino e pessoas da comunidade extraescolar de 60 municípios coordenados por oito DREs. O organograma da página a seguir ilustra esse processo.



ORGANOGRAMA DO PROJETO



DRES E MUNICÍPIOS ALCANÇADOS



“É muito positivo o retorno do projeto Escravo, nem pensar! no estado. Essa é a segunda vez que ele vem para cá. O Mato Grosso é um dos campeões em trabalhadores resgatados, e é muito positivo que o tema seja tratado aqui. Quanto mais informações forem propagadas sobre esse crime, mais perto estaremos da erradicação dessa chaga.”

Welligton Rodrigues, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Mato Grosso

“

O Mato Grosso é um dos campeões em trabalhadores resgatados, e é muito positivo que o tema seja tratado aqui.

^ **Alta Floresta**
^ Alta Floresta
^ Apiacás
^ Carlinda
^ Nova Bandeirantes
^ Nova Canaã do Norte
^ Nova Monte Verde
^ Paranaíta

^ **Cáceres**
^ Araputanga
^ Cáceres
^ Glória D'Oeste
^ Mirassol D'Oeste
^ Porto Esperidião
^ Reserva Cabaçal
^ Rio Branco
^ Salto do Céu
^ São José dos Quatro Marcos

^ **Confresa**
^ Canabrava do Norte
^ Confresa
^ Luciara
^ Porto Alegre do Norte
^ Santa Terezinha
^ São Félix do Araguaia
^ São José do Xingu
^ Vila Rica

^ **Cuiabá**
^ Barão de Melgaço
^ Chapada dos Guimarães
^ Cuiabá
^ Nova Brasilândia
^ Santo Antônio do Leverger

^ **Juína**
^ Aripuanã
^ Brasnorte
^ Castanheira
^ Colniza
^ Cotriguaçu
^ Juara
^ Juína
^ Juruena
^ Novo Horizonte do Norte
^ Porto dos Gaúchos

^ **Querência**
^ Água Boa
^ Bom Jesus do Araguaia
^ Canarana
^ Cocalinho
^ Nova Nazaré
^ Novo Santo Antônio
^ Querência
^ Ribeirão Cascalheira
^ Serra Nova Dourada

^ **Tangará da Serra**
^ Barra dos Bugres
^ Campo Novo dos Parecis
^ Denise
^ Nova Olímpia
^ Porto Estrela
^ Sapezal
^ Tangará da Serra

^ **Várzea Grande**
^ Acorizal
^ Jangada
^ Nossa Senhora do Livramento
^ Poconé
^ Várzea Grande

Fonte: *Escravo, nem pensar!* com dados da Seduc/MT.



4

CONQUISTAS

268

escolas engajadas

60

municípios envolvidos

103.700 estudantes

1.189

funcionários/as

4.088

educadores/as

53.891

pessoas da comunidade
extraescolar

162.871

pessoas prevenidas do trabalho escravo



EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

“

A escola é o palco maior da educação, é um ambiente de aprendizado que deve proporcionar e fomentar a preparação do cidadão para a vida.

“A escola é o palco maior da educação, é um ambiente de aprendizado que deve proporcionar e fomentar a preparação do cidadão para a vida. Quanto mais cedo se inicia, mais enraizado fica o conhecimento. Sendo assim, projetos como o Escravo, nem pensar!, voltados à capacitação de professores e profissionais da educação, muito contribuem para essa formação, oferecendo instrumentos palatáveis para que jovens e adolescentes possam identificar e se afastar de situações que possam configurar trabalho escravo contemporâneo.”

Eduardo de Souza Maria, superintendente da Regional do Trabalho em Mato Grosso

2. As ações destacadas não resumem a enorme variedade e quantidade de atividades didáticas realizadas. As experiências aqui narradas merecem destaque por contemplar, pelo menos, um desses indicadores de qualidade:
- I. inovação e criatividade na concepção e execução de um determinado conjunto de atividades didáticas;
 - II. impacto e repercussão positiva na comunidade extraescolar, disseminando publicamente as informações sobre trabalho escravo; e
 - III. representatividade, pois a unidade selecionada contempla, por meio de sua experiência particular, uma linguagem artística ou solução metodológica empregada largamente por outras escolas pelo estado.

Nas escolas, os alunos assumiram o protagonismo e atuaram como multiplicadores de informações para a prevenção ao trabalho escravo contemporâneo, alertando seus familiares e conhecidos. Para isso, utilizaram as mídias sociais, produziram vídeos e podcasts, além de terem realizado espetáculos, confeccionado cartazes e participado de palestras. Em 60 municípios mato-grossenses, professores e alunos tomaram a frente da iniciativa, com o objetivo de trazer à luz esse problema social.

Oito das 15 Diretorias Regionais de Educação (DREs) do Mato Grosso participaram do projeto do *Escravo, nem pensar!* em 2022. Essas DREs foram escolhidas porque as escolas sob sua administração estão em áreas onde são recorrentes os flagrantes de exploração de mão de obra em condições degradantes. A seguir, destacamos algumas das experiências didático-pedagógicas mais interessantes desenvolvidas pelas regionais de ensino e pelas escolas dessas regiões².



Painel de resultados

	DRE de Alta Floresta	DRE de Cáceres	DRE de Confresa	DRE de Cuiabá
Municípios abrangidos pela regional	7	12	10	6
Municípios alcançados pelo projeto	7	9	8	5
Escolas gerenciadas pela regional	31	49	36	87
Escolas engajadas no projeto	30	35	20	50
Estudantes	8.937	10.408	7.195	24.049
Educadores	484	425	280	886
Funcionários	55	214	133	289
Comunidade extraescolar	7.250	5.939	5.681	10.986
Total de pessoas prevenidas	16.726	16.986	13.289	36.210



“Estabelecer parcerias com atores tão comprometidos com a erradicação do trabalho escravo é fundamental, pois a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso acredita que é por meio da educação e de metodologias tão bem aplicadas e desenvolvidas que isso é possível. É importante para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e, principalmente, que respeita os direitos humanos”.

Marcia Ourives, representante da Secretaria de Segurança Pública e vice-presidente da Coetrae/MT

DRE de Juína	DRE de Querência	DRE de Tangará da Serra	DRE de Várzea Grande	TOTAL
10	9	7	5	66
10	9	7	5	60
52	20	42	67	384
35	18	39	41	268
14.921	8.776	16.012	13.402	103.700
824	253	485	451	4.088
183	45	85	188	1.189
8.974	937	5.728	8.396	53.891
24.902	10.011	22.310	22.437	162.871

“

(...) a erradicação do trabalho escravo é fundamental



DRE de Alta Floresta



Os educadores da DRE de Alta Floresta tiveram a chance de ampliar e especializar o conhecimento sobre o tema do trabalho escravo a partir da metodologia inovadora do *Escravo, nem pensar!*. Alguns deles já haviam tido contato com o tema por meio de projetos anteriores, realizados pelo programa entre 2007 e 2015, em âmbito municipal.

“Foi uma oportunidade de me aprofundar. Da outra vez, há sete anos, eu estava em sala de aula e cheguei a falar de trabalho escravo com os alunos. É um assunto que as pessoas ouvem, mas não têm noção de que esteja tão próximo. Depois que concluímos o projeto em 2022, recebemos muitos relatos de estudantes ou familiares deles que foram explorados em condições análogas às de escravo. Além disso, o tema começou a virar rotina no noticiário”, afirma Alexandre Daniel Gomes, professor-formador da diretoria em Alta Floresta.

Para o educador, era importante que o tema do trabalho escravo fosse institucionalizado nas escolas por meio de diferentes abordagens nas disciplinas obrigatórias. “Esse foi o nosso foco de ação: inserir o projeto não como um assunto à parte, mas dentro do planejamento pedagógico em curso. Mostramos que poderia ser uma chance de integrar conteúdo para ideias já planejadas”, afirma.

Para dar conta dessa estratégia, Gomes explica que foi necessário realizar uma sensibilização das equipes pedagógicas das escolas da sua regional, incluindo diretores, coordenadores pedagógicos e professores. Assim, a DRE de Alta Floresta realizou duas rodadas de formação com as escolas para explicar a importância do projeto para a realidade local e, ao mesmo tempo, expor o conteúdo que deveria ser trabalhado pela comunidade escolar.

O alerta à população: panfletagem para a comunidade

*“Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta,
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda.”*

A unidade de ensino Cecília Meireles, que leva o nome da autora de uma das mais célebres frases da literatura brasileira sobre a **liberdade**, foi um exemplo bem-sucedido de como o trabalho de formação e sensibilização da DRE de Alta Floresta se concretizou.

“A nossa escola faz parte de um grupo, dentro do município, de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Então, trabalhar o assunto dentro da comunidade foi muito propício para ajudar a protegê-la”, lembra Mirian da Silva Souza, professora de história do ensino fundamental 2 e multiplicadora do projeto.

Os professores da E.E. Cecília Meireles se empenharam em transmitir o máximo de informações para os estudantes. Cada professor estipulou suas atividades de acordo com as habilidades previstas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), incorporando as discussões sobre trabalho escravo às temáticas já previstas no currículo de cada turma. Dessa forma, desenvolveram rodas de conversa, oficinas de poesia, dramatizações, podcasts e desenhos, expostos ao final do semestre letivo.

Entre as atividades executadas pela unidade de ensino, a panfletagem foi a que obteve resultados mais diretos na comunidade. Junto com os estudantes, os educadores organizaram alguns eventos externos à escola, para entregar boletins informativos sobre trabalho escravo aos moradores da região. *“Foram várias ações em situações diferentes”,* recorda a professora Silva. *“Analisamos as melhores ocasiões [para a distribuição do material] e realizamos a ação de acordo com o planejamento pedagógico do ano letivo”,* complementa.



Alunos distribuem boletins informativos sobre trabalho escravo aos moradores da região

A reunião de pais e mestres foi um dos principais momentos para distribuição. “Foi evidente o quanto as pessoas da comunidade escolar mudaram a perspectiva em relação ao tema. Isso nos mostrou o quanto é importante ter informações circulando sobre o que diz respeito à realidade local. Demandou tempo, mas foi algo gratificante”, afirma Silva.

Docentes da E.E. Jardim Universitário, vinculada à DRE de Alta Floresta, recebem o repasse das formações



Técnicos da DRE participam de encontro formativo sobre trabalho escravo contemporâneo



DRE de Cáceres



Tão logo percebeu a proximidade do tema do trabalho escravo com a realidade local, a equipe da DRE de Cáceres traçou um plano de ação para potencializar a disseminação do conteúdo nos nove municípios da região.

“Percebemos que era uma temática muito cara para a nossa regional. Como educadores, experienciamos a realidade em que esse problema, infelizmente, ainda é recorrente. Então, nos prontificamos para que o assunto se multiplicasse em toda a regional por meio de formações sequenciais nas escolas. Com base nos materiais e na metodologia do *Escravo, nem pensar!*, as escolas agregaram o aprendizado sobre o trabalho escravo em seus repertórios e, assim, os educadores puderam desenvolver atividades com os alunos, visando à disseminação do tema na região. Nas escolas, argumentamos que o *Escravo, nem pensar!* seria uma releitura do que já estava em curso. Por exemplo, a maioria das escolas tem a cultura de abordar a escravidão antiga concomitantemente à consciência negra, então nosso objetivo foi demarcar a diferenciação entre o trabalho escravo antigo e o atual, aproveitando a ocasião para isso”, afirma Régis Aparecido, professor-formador da DRE de Cáceres.

Para Aparecido, a resposta e a adesão das escolas ao projeto foi bastante satisfatória: 80% das unidades escolares implementaram o projeto. “Tivemos uma participação massiva de todos os municípios do polo — nem todos, ao final, executaram, mas foi uma boa parte deles”, diz.

“O projeto Escravo, nem pensar! é de suma importância para o combate ao trabalho escravo e para atingir os objetivos tanto do plano federal quanto do plano estadual de erradicação da escravidão. Por isso, é muito importante a Coetrae/MT firmar essa parceria e conseguir trazer o programa para o estado do Mato Grosso.”

Amarildo Borges de Oliveira, auditor fiscal do trabalho e presidente da Coetrae/MT

“

O projeto *Escravo, nem pensar!* é de suma importância para o combate ao trabalho escravo



Disseminação de novos aprendizados em disciplinas do fundamental e do médio

Sem titubear, a E.E. Nossa Senhora de Fátima, em Araputanga, seguiu à risca a ideia apresentada pela DRE de inserir a temática do trabalho escravo contemporâneo nos repertórios já consolidados. A equipe pedagógica olhou exatamente para as aproximações e diferenças entre as explorações laborais do passado e do presente. Dividiu, então, o tópico do trabalho escravo para os alunos dos ensinos fundamental e médio e, para cada turma, desenvolveu uma abordagem de acordo com a grade curricular.

“O trabalho escravo ainda é presente e forte na sociedade, por meio da exploração degradante de homens, mulheres e crianças que têm seus direitos violados. Na escola, o projeto conseguiu dar visibilidade a esse fato, pois trouxe à tona as diversas formas em que a exploração pode acontecer”, resalta a coordenadora pedagógica Auleni Dias Freitas de Moraes. Houve atividades nas disciplinas de ciências exatas e de humanidades.

Cartazes elaborados por estudantes da E.E. Vila Progresso no evento de culminância das atividades do ENP!



Em língua portuguesa, por exemplo, os docentes auxiliaram os alunos a prepararem murais com dizeres sobre o trabalho escravo; já em matemática, os discentes confeccionaram cartazes com dados sobre escravidão. *“Os profissionais envolvidos puderam, por meio de ati-*

vidades distintas, utilizar o conteúdo para orientar os estudantes a multiplicarem na sociedade o aprendizado e, desta forma, atuarem na prevenção ao trabalho escravo”, observa Moraes.

Os trabalhos, posteriormente, foram apresentados no encontro de culminância, no qual esteve presente a comunidade escolar. O evento contou ainda com o apoio de uma faculdade local e, além da exposição, serviu como ponto de início de uma passeata pelos entornos da unidade de ensino.



Estudantes da E.E. Nossa Senhora de Fátima, em Araputanga, elaboram artes visuais para apresentar o tema do trabalho escravo contemporâneo

Segundo a coordenadora pedagógica, o objetivo agora é manter o tema no currículo escolar, desejo que também está nos planos da DRE. *“Queremos dar continuidade com o envolvimento de mais profissionais, para que o projeto ganhe a dimensão que precisa ter. A gente precisa sepultar essa mácula da nossa história, e o caminho para isso é informativo, é educacional”,* conclui Régis Aparecido, da diretoria regional.



Apresentação de conscientização sobre o trabalho escravo realizada por alunos ligados à DRE





DRE de Confresa



Para alguns dos educadores da DRE de Confresa, o problema do trabalho escravo contemporâneo não é novidade. Os profissionais da diretoria regional já haviam entrado em contato com o assunto por meio das ações de prevenção que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) realiza na área, como a campanha “De olho aberto para não virar escravo”, realizada anualmente.

“

O *Escravo, nem pensar!* é uma instituição fundamental para disseminar conhecimento a respeito do trabalho escravo

“É uma região que tem esse histórico de práticas de exploração análoga à de escravo, até mesmo pelo tipo de atividade econômica desenvolvida aqui, com produção agrícola e agropastoril”, comenta Eliene Coelho Silva, professora-formadora na DRE. A proposta de abordagem do *Escravo, nem pensar!*, entretanto, significou a primeira vez em que as instituições de ensino locais foram chamadas a agir frente à questão.

A implementação da iniciativa por parte das escolas esbarrou na relutância da população de algumas cidades em reconhecer o trabalho escravo como problema. De acordo com Coelho, isso se tornou um desafio para a execução mais efetiva do projeto em locais do estado com mais casos de trabalho escravo e conflitos violentos, decorrentes da disputa agrária. O município de São Félix do Araguaia, por exemplo, conta com essa realidade, e foi o local também conhecido por ter abrigado o bispo católico Dom Pedro Casaldáliga (1928-2020), que se notabilizou pela defesa dos direitos humanos no meio rural brasileiro. Foi ele quem fez a primeira denúncia pública de trabalho escravo contemporâneo no Brasil, em outubro de 1971, denúncia que foi publicizada na carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”.

Um manifesto político contra a opressão local e o assédio nas escolas

“Houve assédio. Ainda há assédio. Tenho alunos que são filhos de pecuaristas, então há resistência por parte deles. Há resistência por parte de alguns professores, que veem a pecuária e a carvoaria como fontes de riqueza.” Esse é o relato do professor de história Daniel Mallone, um dos responsáveis por receber a formação da DRE de Confresa e por coordenar a realização das atividades de prevenção tanto na E.E. Tancredo Neves quanto na E.E. Hilda Rocha, ambas em São Félix do Araguaia.

Ante as dificuldades encontradas, uma das estratégias foi pensar nos efeitos do projeto a médio e longo prazos. *“Adaptamos a proposta pedagógica à nossa realidade. É um projeto que não pode ser pontual, tem que ser executado todo ano. Colocamos dentro do plano pedagógico das escolas”,* explica Mallone.



Encontro de educadores das escolas da regional de Confresa com os técnicos da DRE

“O Escravo, nem pensar! é uma instituição fundamental para disseminar conhecimento a respeito do trabalho escravo e auxiliar no seu combate de forma eficaz, inclusive como entidade parceira do MPT.”

Bruno Choairy Cunha de Lima, procurador-chefe em substituição do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT/MT)

O professor conta que, para vencer as intimidações, fez as unidades de ensino do município atuarem juntas. Com essa ideia, três escolas se reuniram para uma passeata que culminou na publicação de um manifesto contra o trabalho escravo – assinado, inclusive, por autoridades locais. *“A prefeitura assinou, além de órgãos da Justiça e da promotoria. O texto foi todo escrito pelos estudantes, e eu só orientei. Buscamos ter um grito uníssono contra a escravidão”*, afirma.

Segundo o educador, a ação provocou mudanças. *“O resultado prático é que você encontra uma comunidade escolar muito mais aberta ao tema do que há um ano. A gente abriu a porta, agora precisamos falar mais sobre o assunto para tornar a realidade do trabalho escravo contemporâneo cada vez menos frequente”*, conclui.



Passeata do evento de culminância, em São Félix do Araguaia



Leitura do manifesto contra o trabalho escravo em frente à prefeitura de São Félix do Araguaia





DRE de Cuiabá



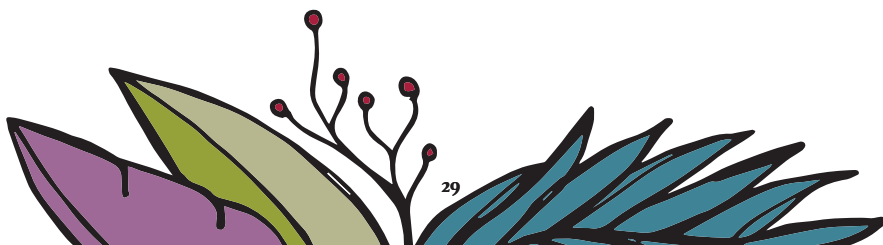
Para espalhar a proposta pelas unidades de ensino, os educadores da DRE de Cuiabá apresentaram os canais para identificar e denunciar casos de violação.

“O que foi propagado e explicado para as escolas é que, às vezes, a pessoa está na condição análoga à de escravo, mas não tem consciência disso, por desconhecer os seus direitos e os seus deveres e pelas condições impostas por um mundo de desigualdade social. Isso, às vezes, se torna um círculo vicioso, de situações [de aliciamento e exploração] que se repetem”, diz Kátia Auxiliadora de Arruda Pinto, atual coordenadora pedagógica da DRE e, na época, professora-formadora na mesma diretoria.

Como resultado, as escolas foram instruídas sobre como contatar as autoridades locais em casos suspeitos de exploração. “Muitos educadores perceberam que existem situações como

essas com pessoas que estão dentro das unidades de ensino. Então, procuramos mostrar como encaminhar as denúncias, oriundas da comunidade, sobre pessoas vivendo esse tipo de situação. Levamos advogados trabalhistas que ampliaram a discussão, principalmente na educação de jovens e adultos (EJA)”, detalha Arruda Pinto.

A DRE convidou todas as escolas da região para uma formação imersiva sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo, com a presença de instituições do poder público responsáveis pelo combate a esse crime. “Mobilizamos gestores, coordenadores e diretores para participar de um momento único, de um dia inteiro. Convidamos defensores públicos, superintendentes do trabalho, autoridades já inseridas nesse contexto de combate ao trabalho escravo e que puderam falar com os educadores. Estes, por sua vez, trataram do mesmo assunto nas unidades escolares”, explica Arruda Pinto.





Articulação de temas, níveis escolares e disciplinas

Gustavo Santos de Macedo, coordenador pedagógico da E.E. José de Mesquita, em Cuiabá, relata que, apesar de ser novidade, as orientações da DRE levaram à realização efetiva do projeto na escola. *“Sentimos um pouco de dificuldade no início. Como foi no segundo semestre, tivemos pouco tempo. Mas a escola é de tempo integral, e isso facilitou o contato com os professores. Juntos, pensamos na organização, distribuindo para cada grupo uma temática relacionada ao assunto. A partir disso, os alunos desenvolveram trabalhos nas disciplinas.”*

O coordenador pedagógico explica que cada turma era responsável por uma linha de discussão, que deveria ser apresentada às demais, de modo que, ao final, todas estivessem contempladas pelos diversos conteúdos relacionados à temática do trabalho escravo, estratégia para otimizar as formações num curto período de tempo.

Confecção de cartazes para as atividades do ENP! na E.E. José de Mesquita



Confecção de cartazes para as atividades do ENP! na E.E. José de Mesquita



Assim, com educadores e estudantes engajados, as atividades incluíram publicações em redes sociais, exposições fotográficas, além da confecção de vídeos e paródias. Até mesmo as aulas de educação física contribuíram. Nelas, os professores discutiram a relação entre o trabalho escravo e a exploração de jovens e adolescentes nas categorias de base do futebol. No Brasil há exemplos, ainda hoje, de jovens aliciados por “olheiros” e que se veem obrigados a arcar com custos de deslocamento, alojamento, treinamento e alimentação e, em alguns casos, inclusive são encaminhados para outros trabalhos para dar conta de pagar dívidas supostamente contraídas.

Como resultado do empenho, a comunidade escolar participou de um seminário, realizado em conjunto com o *Escravo, nem pensar!*, no prédio do Tribunal de Justiça do Mato Grosso. “No final do ano, algumas escolas foram convidadas para esse evento na sede do Poder Judiciário estadual. *Aí, selecionamos algumas das atividades mais interessantes, com painéis visuais e uma apresentação teatral, para levar ao grande público que estava por lá*”, recorda Macedo. O evento marcou o encerramento do projeto no estado e abrangeu o seminário “Trabalho escravo contemporâneo em Mato Grosso”, promovido pela ONG Repórter Brasil, com participação da Secretaria de Estado de Educação (Seduc/MT).



Apresentação de prevenção ao trabalho escravo dos alunos da E.E. José de Mesquita na sede do TJ-MT





DRE de Juína



Um equívoco comum de quem entra em contato pela primeira vez com o tema do trabalho escravo contemporâneo é confundi-lo com as práticas coloniais e imperiais de restrição à liberdade. Tendo isso em mente, o foco dos técnicos da DRE de Juína foi o de desfazer eventuais enganos acerca dessas dinâmicas.

“Havia muito desconhecimento sobre o tema. Isso serviu de alerta para não banalizarmos o assunto. Após a formação com a equipe do programa *Escravo, nem pensar!*, já programamos uma formação para as escolas, e a primeira abordagem foi a diferenciação entre as práticas passadas e as atuais, para a equipe da diretoria educacional”, relata Vanessa Machado de Lara, professora-formadora de tecnologia educacional da DRE.

A ação da DRE junto às escolas foi efetiva: “As orientações foram todas muito claras. Acho que esse foi um diferencial: nunca um tema chegou tão às claras para ser trabalhado na escola. Como não só é um assunto importante, mas que foi repassado pela equipe do *Escravo, nem pensar!* de forma tão bem preparada, isso ajudou a equipe pedagógica a abraçar o tema”, recorda Mariana Francisquetti, então professora-pedagoga da E.E. Doutor Guilherme Freitas de Abreu Lima, em Juína e, hoje, diretora do local.

Alunos encenam peça de teatro baseada no filme *Pureza*, que retrata a busca de uma mãe pelo filho submetido a trabalho escravo



Gráficos em matemática, encenação de peça sobre trabalho escravo em artes

Um dos indicativos de sucesso obtidos na E.E. Doutor Guilherme Freitas de Abreu Lima foi o fato de a escola se tornar referência para o início das discussões sobre trabalho escravo na região. *“Aqui, esse é um assunto delicado, por causa das dinâmicas locais. Em algumas atividades, percebemos ‘torcidas de rosto’ por parte dos pais dos alunos. Mas, no fim, penso que eles perceberam a importância de debater o tema”*, comenta Francisquetti.

Para garantir que as atividades chegassem à comunidade escolar, a equipe pedagógica decidiu incluir o tema no conteúdo já planejado pelos professores para o ano letivo. Por exemplo, em matemática, ao apresentar o uso de gráficos, os professores trouxeram dados sobre o tema; em geografia, ao discutir a distribuição territorial brasileira, os docentes mostraram quais as principais áreas onde o problema ocorre no país.

Essa dinâmica permaneceu até o dia de culminância das atividades, quando a escola manteve os portões abertos para visitação e convidou a mídia local para acompanhar e divulgar o evento, inclusive na televisão. Entre outras ações, houve a encenação da história de Pureza, mulher que buscou o filho submetido a trabalho escravo, até encontrá-lo. *“Fizemos uma espécie de feira de ciências, com divulgação nas redes sociais. Eu sou da região, cresci vendo a exploração de mão de obra escrava, então é importante mostrar para as novas gerações que certas coisas não podem permanecer. Precisam mudar. E eu penso que essa é uma ação que deve continuar para isso”*, afirma a atual diretora.





Alunos encenam
peça de teatro
baseada no filme
Pureza, que retrata
a busca de uma
mãe pelo filho
submetido a
trabalho escravo



DRE de Querência



“À primeira vista, é muito difícil trazer uma discussão como essa para a região. A nossa preocupação era como o assunto seria aceito pela comunidade, por pessoas que não falam ou não falaram a respeito disso”, diz Roberta de Souza, uma das coordenadoras da diretoria de educação local.

O desafio, ela reconhece, era grande, mas os materiais e orientações para levar o projeto à frente estavam à altura. “A Repórter Brasil subsidiou a gente com muitas reportagens, além do conteúdo pedagógico. Isso ajudou bastante a mostrar a realidade do assunto. Também buscamos notícias locais. Tudo era muito pertinente, e os professores elogiaram muito, porque as atividades eram acessíveis aos alunos”, recorda a coordenadora.

Com os subsídios necessários em mãos, os educadores da DRE de Querência prepararam dois dias de formação, um virtual e outro presencial, para a equipe pedagógica das escolas. Ao fazer a disseminação do conteúdo, sugeriram que as unidades de ensino escolhessem um educador para ser o multiplicador do projeto na escola. O resultado, segundo Souza, foi mais do que satisfatório.



Encontros de formação para os educadores do município de Bom Jesus do Araguaia





Cordel e dramatização de condições laborais degradantes em um latifúndio

Para preparar esses multiplicadores que coordenaram o projeto nas escolas, a equipe da DRE ofereceu mais de oito horas de discussões sobre trabalho escravo em um único dia. *“Reiteramos, nessa formação dos coordenadores, que a intenção de fazer um trabalho como esse é chegar à comunidade, não só à sala de aula”*, detalha Souza.

Ailton dos Santos Cunha, coordenador pedagógico da E.E. Gerson Carlos da Silva, em Bom Jesus do Araguaia, foi o responsável por multiplicar os conteúdos para docentes de sua escola. Para isso, organizou dois dias de formação com os professores de diversas disciplinas. *“O tempo dedicado foi suficiente. Os professores gostaram muito do material dos cadernos de resultados sobre os outros estados, e esse material serviu de referência. Então, falei: ‘gente, vamos abraçar a causa, vestir a camisa e orientar nossos alunos’. O projeto é muito ligado à realidade em que vivemos. A partir do conteúdo recebido pela DRE, vimos que havia elementos empíricos, do dia a dia, que dialogam com o que acontece na comunidade”*, afirma Cunha.

A partir da formação que receberam de Cunha, os educadores da E.E. Gerson Carlos da Silva abordaram o tema

em suas disciplinas. Em cada uma, à sua maneira, foi realizado um trabalho pedagógico para alertar a respeito da proximidade da prática. *“Aqui é uma região com muitos latifúndios, e você tem até que saber a forma como colocar um assunto. Ouvimos casos de alunos que não tinham os direitos trabalhistas observados. Acho que ainda tem que melhorar muita coisa nas redondezas, mas o projeto contribuiu para dar essa perspectiva”*, diz.

As atividades dos estudantes envolveram danças, desenhos, gravação de vídeos, além de cantigas de cordel e interpretações de teatro. A comunidade ainda recebeu um advogado da CPT que fez uma palestra sobre trabalho escravo. O evento de culminância terminou com a dramatização, interpretada pelos alunos, das condições laborais degradantes em uma grande propriedade rural.

“Para isso, fomos lá na roça que fica próxima à escola e buscamos materiais que representassem o cenário que uma pessoa em situação de trabalho escravo pode enfrentar. Os meninos e meninas se engajaram porque identificaram na família ou entre conhecidos essa realidade, muito presente no cotidiano deles”, lembra Cunha.





◆ ◆ ◆ Mural e palestra apresentados para os estudantes da E.E. Gerson Carlos da Silva



Artes visuais elaboradas pelos alunos da E.E. Gerson Carlos da Silva como parte das atividades do ENP!



DRE de Tangará da Serra



“Tanto eu quanto minhas colegas já havíamos ouvido falar do tema, mas pensávamos que estava distante. Sabíamos de relatos, mas não sabíamos que existia no Mato Grosso, não tínhamos ideia do quanto fazia parte do nosso dia a dia”, recorda Patricia Campos da Silva, assessora pedagógica da DRE de Tangará da Serra.

A perspectiva que os educadores da diretoria tinham sobre o trabalho escravo contemporâneo foi transformada pela dinâmica utilizada na formação realizada pela equipe do *Escravo, nem pensar!*, já que a ação despertou a importância de fomentar a discussão nas escolas. “Vimos o quanto era imperativo difundir o tema”, acrescenta Silva.

Um dos casos com grande engajamento foi o da E.E. Padre Arlindo Ignácio de Oliveira, em Campo Novo dos Parecis. Para chegar ao resultado positivo, o repasse da DRE foi decisivo, diz a coordenadora pedagógica da unidade, Karina Aparecida Justino Toniasso. “Tanto na formação [que a DRE realizou para as escolas] quanto depois, no encaminhamento das reuniões, as instruções foram muito claras. Quando houve necessidade, usamos chamadas virtuais para sanar dúvidas que apareceram ao longo do percurso.”

Toniasso destaca também a qualidade dos materiais do *ENPI*, que subsidiaram as atividades nas escolas. “As sugestões de proposta no material são tão boas que ajudaram os professores a encontrar as referências bibliográficas necessárias para abordar a temática, como a indicação de filmes”, afirma.

Um documentário para debater o tema com a comunidade

Os professores da E.E. Padre Arlindo Ignácio de Oliveira dividiram os conteúdos de acordo com as disciplinas que tivessem mais afinidade para abordá-los. Por exemplo, em filosofia, falou-se da relação do tema com o desrespeito aos direitos humanos. Já em história, mostrou-se a diferença entre as formas antigas e atuais de escravidão.

Assim, foram apresentadas propostas diferentes de trabalho, incluindo criações de músicas, revistas e dramatizações. Isso fez com que a recepção dos alunos também fosse muito positiva, na visão de Toniasso.

Um dos projetos mais bem-sucedidos da escola foi a produção de um documentário pelos alunos. O trabalho serviu para suscitar o debate na comunidade. A peça audiovisual contou com entrevistas de funcionários de diversas áreas da escola e, depois, foi exibida para toda a comunidade escolar, durante o encontro de culminância, que incluiu familiares e demais interessados.

O evento em que o documentário foi exibido contou também com outros trabalhos, como apresentações de paródia, peças sonoras e outros recursos artísticos. Foi realizado um mural, que expôs a temática do trabalho escravo. Havia também uma exposição imitando um museu, com imagens remetendo aos casos de trabalho escravo. “O programa teve grande engajamento da comunidade escolar”, recorda Toniasso.

Alunos da escola estadual assistem à exibição audiovisual



Estudantes visitam
exposição sobre
trabalho escravo
contemporâneo
montada na E.E.
Padre Arlindo
Ignácio de Oliveira



Peças visuais
expostas pelos
corredores da
escola em Campo
Novo dos Parecis



DRE de Várzea Grande



O diferencial do trabalho desempenhado na DRE de Várzea Grande foi a abordagem coletiva. Desde o primeiro momento, a equipe percebeu que, quanto mais unida, melhores seriam os resultados. “Dividimos as tarefas para acompanhar a maioria das escolas locais e, como a nossa regional funciona de maneira muito sincronizada, a proposta teve um peso significativo”, comenta Carinna Vieira Pires Beliene, assessora pedagógica da DRE de Várzea Grande. O trabalho foi compartilhado entre Vieira e suas colegas Aline Mialho, assistente social, Jefferson Ferreira, formador de língua portuguesa, e Noelle Thaís de Matos, também assessora pedagógica.

A estratégia permitiu que cada uma das escolas tivesse um acompanhamento individualizado. Cada unidade escolar teve um plano de ação para efetivar as suas atividades, além do monitoramento personalizado por parte da equipe da DRE, que visitou cada uma das escolas para repassar o conteúdo da formação do *Escravo, nem pensar!* a diretores, coordenadores e professores.

Os funcionários da diretoria definiram datas e horários para visitar as escolas, o que, de acordo com eles, permitiu boa adesão. “Algumas unidades de ensino comunicaram que o projeto estava fora do calendário escolar, mas que valia a pena o esforço para incluí-lo, porque o tema seria um diferencial. Para garantir o cumprimento das metas, cada escola teve liberdade para

aderir dentro das suas condições”, recorda Vieira.

“Em vez de eles virem para a diretoria, nós fomos até eles. Foi uma solução, porque esperar os educadores aqui poderia demorar. Ao nos deslocarmos para o interior, conseguimos multiplicar melhor o escopo do *ENP!* dentro dos padrões desejados e replicar em todas as escolas da DRE”, resume Vieira.

Os educadores nas escolas reconheceram o empenho dos funcionários da DRE. “Quanto ao suporte da diretoria a gente não pode reclamar. Eles vieram até à culminância. Tivemos muita proximidade com a equipe técnica. Foi uma parceria muito boa”, recorda a professora Ana Paula Botelho, coordenadora pedagógica da E.E. Prof. Honório Rodrigues de Amorim, em Várzea Grande.





Passeata contra o trabalho escravo

Na E.E. Prof. Honório Rodrigues de Amorim, a equipe liderada por Botelho dividiu a abordagem em três dias de formação que culminaram na realização de oficinas com os estudantes. *“Ficamos muito motivados com a possibilidade de trabalhar interdisciplinarmente”*, recorda Botelho.

Os resultados envolveram atividades como passeatas, a confecção de faixas e camisetas com palavras de ordem contra o trabalho escravo, a encenação de peças de teatro, a realização de rodas de conversa, fotonovelas, entre uma diversidade de produtos culturais voltados à temática da proteção aos direitos humanos no ambiente de trabalho. Houve elaboração de poemas e trovas; a exibição de pinturas, *slides* e dramatizações; e até um vídeo no formato de notícias sobre o trabalho análogo ao de escravo.

Ao final da transmissão do conteúdo para os alunos, a escola organizou um evento de culminância para a apresentação dos trabalhos. *“Funcionou rápido porque todas as áreas da escola se prepararam para participar. Teve grande engajamento da equipe e, além disso, os estudantes foram os grandes protagonistas da nossa proposta”*, conclui Botelho.

Encenação do aliciamento de um trabalhador no meio rural



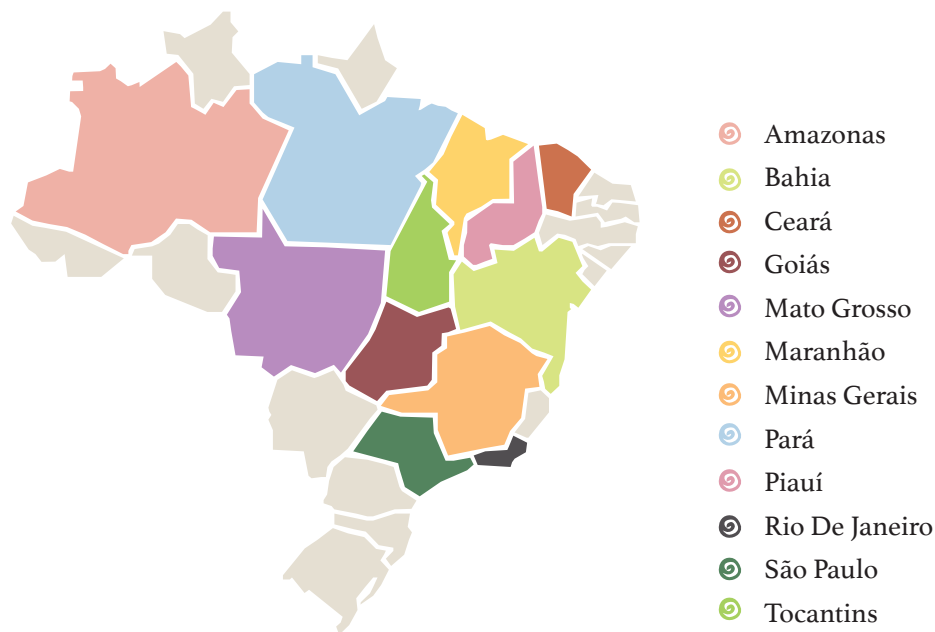


Alunos seguram cartazes com dizeres contra o trabalho escravo em Várzea Grande



Passeata dos estudantes de escola vinculada à DRE de Várzea Grande, no evento de culminância

6. Rede *ENP!* de prevenção ao trabalho escravo no Brasil



7. Saiba mais sobre trabalho escravo

 SITE *ENP!*
www.escravonempensar.org.br

 LIVRO DIGITAL *ENP!*
www.escravonempensar.org.br/livro

 YOUTUBE
[/EscravoNemPensar](https://www.youtube.com/EscravoNemPensar)

 FACEBOOK
[/ONGReporterBrasil](https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil)

 INSTAGRAM
[/reporterbrasil](https://www.instagram.com/reporterbrasil)

 TWITTER
[/reporterb](https://twitter.com/reporterb)

 Agência de notícias
da repórter brasil
www.reporterbrasil.org.br



O Mato Grosso é um dos estados com a maior produção agropecuária do país. Com diversas regiões inabitadas ou desmatadas para criações extensivas de gado e lavouras monocultoras, tem também índices elevados de mão de obra submetida a trabalho escravo: foi o terceiro estado brasileiro com maior número de resgates de pessoas em condições análogas à escravidão entre 1995 e 2022, com 6.223 pessoas resgatadas. Para evitar que esse número siga crescendo, é necessário somar ações de prevenção às de repressão e assistência às vítimas.

Neste caderno, são apresentados os resultados do projeto *Escravo, nem pensar!*, realizado no Mato Grosso ao longo do ano de 2022, para a prevenção do trabalho escravo. A iniciativa foi realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso e contou com o apoio da Laudes Foundation e do Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso, além da parceria da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso e da Comissão Pastoral da Terra. Ao todo, mais de 160 mil pessoas foram prevenidas, por meio de atividades realizadas por 268 escolas de 60 municípios mato-grossenses.



Realização:



Apoio:



**Fundo Estadual de
Erradicação do Trabalho
Escravo do Mato Grosso**

Parceria:

